



# Parceiros de viagem: homens e animais em Guimarães Rosa e José Saramago

Para Raquel Ribeiro



Eduino José Orione



## RESUMO

Este artigo investiga a amizade entre os homens e animais nas obras “O burrinho pedrês”, de Guimarães Rosa, e **A viagem do elefante**, de José Saramago



## PALAVRA-CHAVE

Conto – Guimarães Rosa – José Saramago



## ABSTRACT

This paper investigates the friendship between men and animals in “O burrinho pedrês” (Guimarães Rosa) and **A viagem do elefante** (José Saramago)



## KEYWORDS

Short story – Guimarães Rosa – José Saramago

Primeiro conto de **Sagarana**, “O burrinho pedrês” narra a viagem empreendida em um único dia por uma tropa de vaqueiros que conduzem uma boiada desde a Fazenda da Tampa, no Vale do Rio das Velhas, até uma vila. O retorno à fazenda é trágico: vários homens morrem ao enfrentar uma enchente. A narrativa gira em torno do burrinho Sete-de-Ouros, de início figura secundária na comitiva, pois a ela incluído na última hora como mero acompanhante. Fora isso, o conto tem como conflito central a rivalidade entre dois vaqueiros: Silvino e Badu. O primeiro quer vingar-se do segundo por ter-lhe tomado a namorada. Silvino arma constantes ciladas para Badu; quer matá-lo e fugir. O conto, em suma, registra o traslado dos cavaleiros que conduzem o rebanho, e tem como núcleo dramático a premeditação de um crime.

As ações da narrativa se dividem em dois momentos, correspondentes às duas etapas da viagem (a festiva ida à vila, e a fatídica volta à fazenda), e culminam na travessia do córrego da Fome, tornado caudaloso pela cheia. É nesta ocasião que Silvino e vários outros homens morrem; dela saem vivos apenas Badu e Francolim. A salvação destes dois é obra de Sete-de-Ouros. Ambos se agarram ao burrinho quando cruzam o rio, e, graças a isso, conseguem atravessar as águas em convulsão. A presença do burro se revela salvadora e providencial. Ele é, portanto, o protago-

nista da obra. Contudo, este núcleo dramático é permeado por vários relatos, já que, ao longo da viagem, os vaqueiros contam histórias uns aos outros, nas quais costuma aparecer a relação dos homens com os animais, especialmente com os bois.

Entre as personagens de “O burrinho pedrês”, encontramos o Major Saulo, dono da fazenda da Tampa, e que, autoridade feudal, tem como vassalo o moço Francolim Ferreira. Entre os vaqueiros, além dos rivais Badu e Silvino, há ainda Tote (irmão de Silvino), o velho João Manico, o experiente Raymundão e o bondoso Zé Grande. Todos eles têm casos para contar, dentre os quais vale a pena mencionar aqueles em que as crianças são protagonistas.

O primeiro é contado por Raymundão, após ele recordar o momento em que enfrentou um boi pela primeira vez, na sua primeira “topada” – rito de passagem que firma a maioria daqueles que lidam com o gado. Trata-se do caso do menino Vadico, morto ao sofrer um ataque imprevisto do boi Calundu. Vadico, que amava os bois e sonhava em ser vaqueiro, foi esmagado pelo touro no momento em que o alimentava e o acariciava. A bondade do menino é tanta, que ele, após o ataque do animal, pede ao pai que não se vingue de Calundu, cuja atitude feroz é, segundo algumas personagens, explicável. Calundu, um boi zebu, é mau porque é triste. Basta notar a tristeza como ele berra, é o que dizem. No caso do ataque a Vadico, Raymundão lembra que o “velho Valô Venâncio, vaqueiro que não trabalhava mais, explicou (...) que era um espírito mau que tinha se entrado no corpo do boi...” (ROSA, 1984, p. 57)<sup>1</sup>. É isso explica a desolação de Calundu, que, após a morte de Vadico, “berrava um gemido rouco, de fazer piedade e assustar...” (p.56).

Outra prova do bom caráter dos animais é o caso, também contado por Raymundão, do ganancioso Leôncio Madurera, que, quando vendia uma boiada, matava em seguida o comprador para tomá-la de volta. Quando Leôncio morreu, algumas vacas berravam em coro: “*Madurera!... Madurera!...*” – a quem outras respondiam: “*Foi p’ros infernos!... Foi p’ros infernos!...*” (p.57). Também merece menção o relato de João Manico acerca de um menino negro, “regulando por uns sete anos, um toquinho de gente preta” (p.67), que, levado de sua terra natal pela comitiva do Major Saulo, a todos comoveu quando entoou uma cantiga triste para expressar a saudade que tinha do lugar onde vivia. Com isso, o negrinho sensibiliza até a boiada, que, fugindo atormentada, leva-o de volta para casa.

Tais histórias, como vemos, colocam lado a lado a bondade das crianças e a dos animais, e estabelecem uma simbiose entre os meninos e os bois, os quais, mesmo ferozes, não são nunca maus, como alguns homens

(tais como Leôncio Madurera e Silvino). Prova disso é o boi Calundu morrer de tristeza, e a boiada ficar comovida com o canto do negrinho, o que levou João Manico a constatar: “Saudade em boi, eu acho ainda dói mais do que na gente...” (p.71).

Contudo, dentre todos os animais mencionados neste conto de Guimarães Rosa, aquele que mais se destaca é mesmo Sete-de-Ouros, que “já fora tão bom como outro não existiu e nem pode haver igual”, mas que agora estava “idoso, muito idoso” (p.17). “Velho e sábio”, o burro possui autêntica feição moral: é “todo calma, renúncia e força não usada”; vive no “estreme alheamento de animal emancipado, de híbrido infecundo, sem sexo e sem amor” (p.21).

Sabemos que alguns animais são arquétipos, cujo simbolismo é geralmente ambíguo. No caso do burro, a ambigüidade reside no fato de representar tanto a ignorância como a inteligência. À imagem do burro ligam-se também as ideias de esforço, resistência, perseverança, humildade e paciência. Enquanto o cavalo, por sua força e rapidez, é um instrumento de guerra, ao burro, dada a sua resistência, restam os custosos labores. Um cavalo é instrumento de guerra; um burro é agente de trabalho. Por outro lado, o cavalo, que muitos consideram o mais belo dos animais, é todo exterioridade. Obediente ao dono, ele não tem vontade sua, não pensa com a própria cabeça. O burro, ao contrário, é todo interioridade. Tanto é assim que João Manico diz: “burro não amansa nunca de todo, só se acostuma!...” (p.31). Não por acaso, quando o Major Saulo pergunta a este velho vaqueiro se ele acha que o burro é burro, a resposta é: “- Seu Major meu compadre, isso até é que eu não acho, não. Sei que eles são ladinos demais...” (p.46). O Major Saulo não só demonstra ser consciente de que um burro vale mais que um cavalo, como ainda o apreço que tem por Sete-de-Ouros sinaliza uma verdadeira identidade entre ele o animal. As virtudes do burro são semelhantes às do senhor da Fazenda da Tampa, cuja autoridade moral se impõe a todos (homens e bois): o Major “só com um olhar mandava um boi bravo se ir de castigo” (p.18).

As virtudes louvadas no conto, aquelas que encontramos não somente no Major e em Sete-de-Ouros, mas também em Raymundão e João Manico, decorrem de um saber só de experiência feito – sem nenhum estudo misturado. O poderoso Major Saulo formou-se na experiência prática da vida, e se orgulha de nunca ter frequentado escola, de não saber ler nem escrever, de não gostar de fazer conta. Tal orgulho é resumido por ele na lapidar sentença: “sentado não aprendi nada desta vida” (p.47). A esta máxima mesclam-se outros tantos ditos populares, detentores de um saber prático, presentes na fala do Major. Eis alguns exemplos: “joá com flor

formosa não garante terra boa”; “não é nas pintas da vaca que se mede o leite e a espuma”; “suspiro de vaca não arranca estaca”; “para bezerro mal desmamado, cauda de vaca é maminha”; “galinha tem de muita cor, mas todo ovo é branco”. O coroamento da sabedoria popular expressa nestas frases encontra-se naquela afirmação com que o Major sintetiza a experiência adquirida ao longo de toda uma vida: “Olha, o que eu entendo das pessoas, foi com o traquejo dos bois que eu aprendi” (p.48).

A narrativa, como apontamos, divide-se em dois momentos: a bem sucedida viagem da fazenda à vila, e o retorno fatídico da vila à fazenda. Cumprida a obrigação de levar a boiada ao embarque, o Major Saulo nomeia Francolim seu representante, e fica com a família na vila. Sete-de-Ouros descansa antes do retorno e, enquanto isso, “cumpridor de obrigação, aproveitava para encher, mais um trecho, a infinda linguagem da vida” (p.60). A perspectiva de retorno ao lar surge ao burrinho como “promessa de repouso e solidão” (p.62). O caminho de regresso é descrito como a “volta de um laço”, claro índice do afogamento de que muitos homens, ao final do conto, serão vítimas. Aliás, este segundo momento do relato assinala um recomeço da aventura centrada no burro: “Era uma vez, era outra vez, no umbigo do mundo, um burrinho pedrês” (p.60). Não por acaso, é especialmente na sequência final do relato que Sete-de-Ouros se torna o protagonista do enredo, dado que é nela que se evidencia a identidade moral – centrada na prudência – entre o burrinho e o Major Saulo. Também já dissemos que, no conto, há um nítido elogio da experiência. Resta lembrar que, segundo a ética aristotélica, é da experiência que nasce a prudência, isto é, capacidade de visão de conjunto e senso do particular. O prudente é o homem da visão de conjunto. Ora, se a prudência nasce da experiência é porque esta é conhecimento (saber antes vivido que aprendido). Como conhece o que é bom para si e para os outros, ele bem delibera dentro de uma situação específica. O prudente sabe o que fazer e como agir no tempo da ação humana possível, que os gregos denominavam *kairós*, termo que expressa o caráter casual da nossa experiência do tempo. O *kairós* é, grosseiramente falando, a hora “h”, lapso temporal em que nossa sorte é lançada, e em que a deliberação se desdobra numa ação no mundo contingente, a qual decide nosso destino. É então que o prudente descobre, graças à experiência, que decisão tomar. Por isso, a prudência não é apenas habilidade técnica, mas também razão; ela é uma virtude da parte calculativa da alma.

Em outras palavras: a imagem que Aristóteles traçou do prudente é a do homem de pensamento e ação, aquele que une em si a lenta reflexão e a imediatez do golpe de vista. Recriado ficcionalmente, é este sujeito ético que reconhecemos no Major Saulo, como também em João Manico

– e em Sete-de-Ouros. Nesse sentido, convém lembrar que a fala de João Manico é igualmente eivada das sentenças populares detentoras de um saber prático, tais como “é andando que cachorro acha osso”. A bela cena da enchente evidencia a prudência do burrinho, pois é nela que Sete-de-Ouros, “velho e sábio”, além de temperante, porque “detesta conflitos” (p.22) e vive “sem sexo e em amor” (p.21), revela-se prudente. A temperança é a salvaguarda da prudência. Na verdade, a atuação do burro, na viagem de volta à fazenda, é a contraface daquela que o Major Saulo mostrara ao conduzir a tropa à vila, perscrutando as armações de Silvino contra Badu, mas aparentando indiferença em relação à ameaça do crime. É fácil concluir que, se a viagem de ida é centrada no Major, a de volta gira em torno de Sete-de-Ouros. Assim sendo, as ações do enredo espelham o fazendeiro o burro, dois exemplos de prudência. Sete-de-Ouros é o duplo do Major.

Diante da cheia, os homens esperam que o burrinho se decida a entrar no rio para então o seguirem, visto que, como diz Silvino, “burro não se mete em lugar de onde ele não sabe sair!” (p.73). Dessa travessia, Sete-de-Ouros não apenas escapa ileso, como ainda salva Badu e Francolim, graças a uma conduta exemplar. Ele se deixa levar pelas águas e reconhece, na hora certa, a chance de dirigir-se à margem. Logo, o salvamento resulta de uma conduta prudente, nascida da experiência e conduzida por uma inteligência aplicada no momento decisivo. Também João Manico se mostra prudente no momento em que, confiado no aviso de mau agouro do passarinho João-corta-pau, recusa-se a atravessar a enchente, e permanece na margem do rio.

Dado que, segundo Aristóteles, o domínio da prudência não é o Bem e o Mal absolutos, mas sim o bem e o mal relativos, a decisão que dela decorre varia com os indivíduos e as circunstâncias. Por isso estão corretos tanto Sete-de-Ouros, que se reconhece capaz de sair da enchente, como João Manico, que se reconhece incapaz de fazê-lo. Algo próximo disso acontece, entre os bichos, na passagem em que uma onça, segundo o testemunho do experiente Raymundão, desistiu de enfrentar um boi zebu. O oposto destes exemplos de prudência (o burro, o vaqueiro e a onça) encontra-se nos imprudentes Badu (“bebedérimo”) e Silvino, que quer matá-lo por motivo fútil.

Diante disso, podemos afirmar com tranquilidade que, em “O burrinho pedrês”, Guimarães Rosa aproxima homens e animais através de um contínuo espelhamento: o Major Saulo se duplica em Sete-de-Ouros; este se desdobra em João Manico, seu montador; João Manico sabe medir os perigos, tal como a onça-tigre diante do boi zebu... No mais, a exemplaridade moral do conto é inegável. Notamos isso quando o

relato, que registra eventos que duraram um dia, torna-se o resumo de toda a vida do burro, o mesmo valendo para o Major Saulo: a estória de um burrinho, como a história de um homem grande, é bem dada no resumo de um só dia de sua vida” (p.18).

Também congregando homens e animais, **A viagem do elefante**, de José Saramago, recria um episódio histórico do século XVI: a condução de um elefante de Lisboa até Viena, presente de Dom João III ao arquiduque da Áustria. O relato acompanha a caravana que conduz o animal na longa e árdua travessia pela Europa, cruzando terra e mar, enfrentando adversidades e intempéries climáticas. O ponto mais difícil do percurso são os Alpes, nos quais todos enfrentam frio e medo, neve e solidão. Assim como em “O burrinho pedrês”, também aqui a viagem se divide em dois momentos: a ida de Lisboa até Valladolid, onde o elefante é entregue ao arquiduque; e o posterior trajeto – muito penoso – até Viena. Porém, diferentemente do que ocorre no conto de Rosa, trata-se de uma viagem de sentido único, e não de ida e volta. Para o elefante, o caminho é sem retorno. Isto é significativo, pois, como vimos, Sete-de-Ouros consegue ir e voltar; ele sabe como se conduzir da melhor forma no cumprimento de suas tarefas e no enfrentamento das dificuldades. Tanto é assim que a narrativa termina com o burrinho gozando do sono dos justos. Ele cumpriu uma tarefa de modo notável, pois, graças à experiência, soube ser prudente na hora de deliberar. A viagem do elefante tem outro sentido: ela não visa ao cumprimento de uma tarefa, e sim de um destino. Assim como é possível entender a conduta do burro à luz da ética aristotélica, o comportamento do elefante ganha significado relevante à luz da ética estoica, se tomarmos o estoicismo como a consciência profunda da situação do homem condicionado pelo destino.

Dentre as personagens do livro, a mais importante, ao lado do elefante Salomão, é aquele que o narrador denomina o seu “alter ego”, o cornaca Subhro, tratador e guia do animal, e que com ele veio da Índia para Lisboa. O deslocamento do elefante por vários países é marcado pela novidade que ele representa aos olhos dos europeus (alguns o consideram uma “abantesma”), o que faz de Salomão uma representação da diferença. O próprio comandante português, por exemplo, afirma não compreendê-lo, e julga que ele “não é deste mundo”<sup>2</sup>. Subhro, por sua vez, pondera que o elefante talvez seja “muito mais que um elefante” (p.45). E o próprio narrador constata que o animal “em realidade, era um ser outro. Tão outro que nada tinha que ver com este mundo” (p.163). Tal singularidade ilustra a mentalidade de uma época marcada pelas novidades trazidas dos novos mundos. Contudo, na economia narrativa, ela é o instrumento pelo qual o autor expõe as contradições da Europa

cristã do século XVI.

Diferentemente do conto de Rosa, inexistente no de Saramago algo como um conflito. O relato não se organiza ao redor de um núcleo dramático, e é pautado pelo registro cronológico das etapas do percurso de Lisboa a Viena. Os episódios mais relevantes são ora cômicos, ora sentimentais. A comicidade predomina, em especial, no quiproquó que envolve o cura de uma aldeia portuguesa, e que tem início a partir de uma das várias histórias que os viajantes, tal como os vaqueiros rosianos, contam uns aos outros. A confusão tem como estopim a versão que Subhro dá para o nascimento de Ganeixa, deus com corpo de homem e cabeça de elefante, e que o cornaca compara a Cristo quando menciona indiretamente a Virgem Maria: “ganeixa foi gerado por sua mãe, parvati, sem intervenção do marido, siva” (p.71). Ao ouvir isto, um homem interpreta as palavras do indiano como sendo equivalentes a afirmar que Deus é um elefante. Assustado, relata isso ao padre, que decide exorcizar Salomão. No diálogo que o religioso trava com o cornaca, destaca-se a sua indignação ao saber que o elefante tem nome de gente. Ele protesta que “os animais não são pessoas e as pessoas tão-pouco são animais”, ao que Subhro responde: “Não tenho tanto a certeza disso” (p.82).

Facilmente notamos que o padre é porta-voz da teologia medieval que estipulou uma diferença ontológica entre os homens (seres de razão, imagens de Deus) e os animais (seres de instinto), criando a *scala naturae*, que coloca o ser humano no topo da criação e o toma como centro do universo e senhor do mundo. Ora, os textos de Guimarães Rosa e de José Saramago são uma representação literária da subversão que o Humanismo renascentista fez dessa distinção hierárquica, quando, por naturalizar o homem, aproximou-o das demais criaturas. Não deixa de ser significativa, neste ponto, a cena em que Salomão derruba o cura, mas não o mata. A Igreja é intolerante e bruta – mas o elefante não. Mais anticlerical ainda é a passagem que mostra um sacerdote de Pádua pedindo ao cornaca que treine Salomão para que se ajoelhe diante da Basílica de Santo Antônio, forjando mais um milagre para ajudar a fé católica na luta contra o avanço do protestantismo. Neste episódio, Subhro constata que a Índia é menos supersticiosa que a Europa.

O contraste causado por Salomão no meio europeu se consubstancia ainda na “filosofia do elefante”, segundo a qual, “se não pode ser, não pode ser” (p.52). Tal ideia se desdobra em várias observações do narrador, tais como: “Dando tempo ao tempo, todas as coisas do universo acabarão por se encaixar umas nas outras” (p.19); “ninguém foge ao seu destino” (p.27); “tudo está bem quando bem acaba” (p.139); “O destino, quando lhe dá para aí, é capaz de escrever por linhas tortas e torcidas



tão bem como deus, ou melhor ainda” (p.54); a vida “tem muitas cartas no baralho e não é raro que as jogue quando menos se espera” (p.251). Estas expressões de estoicismo prático eram muito caras aos humanistas; eram, porém, consideradas heréticas pela ortodoxia cristã. Nelas encontramos o molde ético das condutas de Salomão, cuja força de caráter é reforçada pelo seu próprio nome. Se o burrinho Sete-de-Ouros era um prudente, o elefante Salomão é antes de tudo um resistente (o que, aliás, o primeiro também era, dado o imbricamento das virtudes). Se o burro sabia o que fazer na hora “h” (consegue bem deliberar), o elefante aceita aquilo que o destino lhe reservou (consegue *suportar*).

Por outro lado, as cenas de teor sentimental ilustram os laços que os viajantes criam entre si e o sentimento que acabam por dedicar ao elefante. As mais significativas delas são os momentos de despedida: a ocasião de os ajudantes da comitiva retornarem de Castelo Rodrigo para Lisboa, e aquela em que os militares portugueses entregam Salomão ao arquiduque. A primeira é uma autêntica “cerimônia do adeus” (p.121). O elefante se despediu dos homens tocando-lhes a mão com a ponta da tromba, o que provocou reações surpreendentes, tal como a do “homem que explodiu num choro convulsivo como se tivesse reencontrado um ser querido de quem havia muitos anos não tinha notícias” (p.120). A demonstração de “respeito e amizade” que Salomão dirige aos homens é designada como o primeiro caso das “despedidas entre espécies animais diferentes, sobre o qual (...) não existe bibliografia” (p.119). Comovente é também o momento em que os soldados portugueses, em Valladolid, choram por ter que deixar Salomão, que, por sua vez, “deixa sair da garganta o seu barrito mais sentido” (p.156). Além disso, estes sinais de afeição recíproca, nascida do compartilhamento das adversidades da viagem, surpreendem pela aproximação que estabelecem entre indivíduos de distintos extratos sociais. Basta ver a amizade surgida entre o chefe militar português e um alcaide, que, ao mostrar-lhe os pombos-correios, ensina-lhe que “nem tudo na vida são alabardas, alabardas, espingardas, espingardas” (p.124). Esta expressão é, inclusive, emblemática do caráter antiépico da narrativa, no qual gostaríamos de nos deter um pouco. Poder-se-ia afirmar que, em **A viagem do elefante**, talvez fosse melhor falarmos, não de caráter antiépico, e sim antibélico do relato, em decorrência do gesto político que fornece o mote do livro: um presente dado por D. João III ao arquiduque da Áustria. A este componente diplomático soma-se o pacifismo sugerido pelo nome do cornaca – Subhro – que significa “branco”. O traslado do animal é próximo da condução de um estandarte, de uma bandeira branca (quase que uma tocha olímpica). Tanto é assim que, em nenhum passo da narrativa, há desavenças, lutas

e enfrentamentos sangrentos, mesmo a caravana sendo um empreendimento militar. Os constrangimentos políticos que, por vezes, criam algum desentendimento entre os comandantes, gerando tensão e fazendo prever um confronto armado, são sempre resolvidos e desfeitos. No conto, a política é diplomacia; o desacordo cede lugar ao acordo.

Entretanto, falar em teor antiépico do relato permite-nos inserir **A viagem do elefante** no conjunto da ficção saramaguiana, e aproximá-lo, por exemplo, de **A jangada de pedra**, romance no qual o extraordinário deslocamento da Península Ibérica pelo oceano Atlântico culmina por localizá-la entre o Brasil e a África. A jangada assume a feição de gigante caravela moderna. Todavia, ao contrário das naus portuguesas que partiam para conquistar os territórios americanos e africanos, a Península parte rumo ao sul, a fim de irmanar-se aos povos e às terras que conquistara no passado. O domínio ultramarino cede espaço à integração cultural.

Antônio Vieira viu no cosmopolitismo a manifestação da grandeza patriótica de Portugal, e, na ação expansionista, enxergou a possibilidade de cumprir-se o futuro providenciado por Deus. Nesta visão histórico-profética, a pátria portuguesa é aquela que sai de si mesma para, dilatando a fé cristã, ser a luz do mundo. Daí Vieira afirmar que toda a terra é sinônimo de Portugal. Em **A jangada de pedra**, reencontramos esta bela imagem da pátria que sai de si para o mundo. Saramago, contudo, dá-lhe conotação distinta da feição providencialista com que Vieira a pintou. Da mesma forma, em **A viagem do elefante**, encontramos a inversão do roteiro épico desenhado pela expansão ultramarina. O traslado de Salomão, de Lisboa até a Áustria, é um desdobramento daquele que ele antes fizera da Índia até Portugal: “veio de longe, da índia remota, desafiando impávido as tormentas do índico e do atlântico” (p.159). Vale a comparação: as naus lusitanas iam do Ocidente ao Oriente, deixando um rastro de dominação; o elefante faz o caminho inverso, selando a harmonia entre as nações.

Eis-nos, então, diante de uma poderosa subversão literária. Em Antônio Vieira, Portugal abandona o pequeno berço natal, isto é, sai de si mesmo, não apenas para morrer no mundo, mas para tornar o mundo português. Sair de Portugal para o mundo é querer fazer do mundo Portugal. Em Saramago, encontramos uma dupla resposta a este projeto grandioso: 1) o deslocamento da Península esvazia o desígnio de fazer de toda terra sinônimo de Portugal, e, com isso, dá significado inteiramente novo à travessia marítima; 2) o elefante, por onde quer que vá, carrega o seu país em si, sem impô-lo aos outros; para Salomão, “qualquer lugar em que se encontre é índia, uma índia que, seja o que for que suceda, sempre

permanecerá intacta dentro dele” (p.162). Sete-de-Ouros sabe voltar para casa; Salomão está em casa em qualquer lugar. Em outros termos: o homem português de Vieira vê Portugal como a nação para a qual o mundo é pátria; o elefante de Saramago sente que a Índia é a pátria para a qual o mundo é nação. (Diríamos algo próximo disso acerca das personagens que viajam de um território a outro dentro da Península, que, por sua vez, viaja mar afora). Se, cruzadas as fronteiras, Salomão passa ser chamado Solimão, e Subhro a ser identificado como Fritz, isso não altera em nada a identidade de cada um deles (apenas faz rir das convenções). O ponto alto desta inversão crítica é Subhro dar-se conta de que “um arquiduque, um rei, um imperador não são mais do que cornacas montados num elefante” (p.177).

A épica em Saramago parece vir antes de Camões que de Vieira, e pode ser entrevista, no **Memorial do convento**, no projeto de fazer voar a passarola, para o qual são recolhidas as vontades humanas. Os grandes projetos são coletivos. Cruzar o mar e subir aos céus é obra de muitos, e não de um só. Sozinhos, ou em poucos, cruzamos um rio, tal como Sete-de-Ouros cruza o córrego da Fome. Mas o enfrentamento do oceano é obra de muitos. Fora isso, o desejo profundo dos navegadores, em **Os Lusíadas**, não é chegar às Índias, e sim à Ilha dos Amores, ou seja, é alcançar a imortalidade. A essência do épico camonianiano é cruzar o mar para alcançar ao céu (do qual é um espelho). Por fim, vale lembrar que em Camões e em Saramago, a mulher (Vênus e Blimunda) é quem possibilita ao homem passar do finito ao infinito, da temporalidade à eternidade. Na obra dos dois autores, a mulher é promessa de paraíso. Diante disso, notamos que José Saramago vislumbrou, no sangrento século XVI, uma história de amizade e fraternidade, construída a partir de um fato histórico pontual: a entrega de um presente. Igualmente significativo do pacifismo da narrativa é o afeto mútuo que torna amigos o comandante português (homem culto, leitor apaixonado da novela de Amadis de Gaula, superior na hierarquia monárquica) e o cornaca indiano (homem subalterno, que fez apenas umas poucas leituras na vida), a ponto de o primeiro confessar-se “um capitão de cavalaria dentro de quem algo mudou durante esta viagem” (p.153). Desnecessário lembrar o amor de Subhro por Salomão: “poucas vezes se terá visto uma conjunção mais perfeita entre um animal e uma pessoa” (p.143). Em **A viagem do elefante** tudo caminha para uma congregação pacífica entre os homens, laço que se origina da piedade de que os animais (Salomão à frente) dão sinais concretos. Basta ver a história, contada por um dos viajantes, da vaca que enfrentou os lobos para proteger a cria, demonstrando “possuir sentimentos tão humanos como o amor de

família, o dom do sacrifício, a abnegação levada ao extremo” (p.115). Os próprios lobos não são vistos como inimigos do homem, pois “somos para eles um obstáculo ao livre desfrute do que o mundo tem para oferecer a um lobo honrado” (p.104). A piedade se explicita não só na comoção que o elefante causa naqueles que dele se despedem, como ainda em várias outras cenas: a passagem em que, pelo seu barrito, Salomão orienta um homem perdido no nevoeiro; o momento em que o elefante cai exausto, após atravessar o Passo do Isarco, e, mesmo assim, consegue controlar a queda para não atirar longe o cornaca; e, por fim, a bela sequência da entrada em Viena, quando Salomão salva uma menina de cinco anos que atirou-se-lhe à frente, levantando-a pela tromba no momento em que todos julgavam que seria esmagada. Este episódio celebra a chegada à Áustria, coroada pela amizade entre o indiano Subhro e o arquiduque Maximiliano – coroada no aperto de mãos jamais imaginado, que comungou “a pele grossa de um cornaca e a pele fina de quem nem sequer se veste com as suas próprias mãos” (p.253). Por fim, na página que encerra o conto, a tristeza da Rainha Catarina, ao saber da morte de Salomão, passados dois anos de sua chegada à Áustria, reforça o espírito humanitário e fraterno que o elefante gerou naqueles que com ele conviveram. Em suma, é possível ler o “O burrinho pedrês” como um elogio da prudência, e **A viagem do elefante** como um libelo à amizade. Estas narrativas são configurações poéticas de virtudes morais; e, em ambas, a viagem é metáfora da vida. É conveniente lembrar que a prudência e a amizade (da qual só os virtuosos se mostram capazes), desde Aristóteles são entendidas como obra, não da natureza, mas do hábito. Somos o que escolhemos fazer a cada instante. O humanismo destas duas autênticas histórias de proveito e exemplo remonta ao ideal renascentista de formação do homem (ser moldável e plástico), ou seja, do projeto ético que pretende ensinar-lhe como bem agir na vida; é só pela ação virtuosa que realizamos nossa excelência propriamente humana. Em termos ficcionais, temos aqui a quebra da *scala naturae* medieval, que se deu quando os pensadores humanistas colocaram o homem, não acima dos animais, e sim *ao lado* deles, desligando-o de Deus e inserindo-o na natureza. Em Guimarães Rosa, um burro e um grande homem são igualmente prudentes. Em Saramago, um elefante é o amigo de seu cornaca, e este o é de um arquiduque; isto torna ainda mais sugestiva a célebre definição aristotélica, segundo a qual o amigo é um outro eu mesmo. O compartilhamento de experiências, o comum enfrentamento de adversidades e a cumplicidade nascida do contar histórias tornam amigos (virtuosos e felizes) homens e animais – parceiros de viagem nos caminhos da vida.

## NOTAS

1 ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 35 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.57. Todas as citações do texto foram extraídas desta edição, por isso indicaremos apenas as páginas.

2 SARAMAGO, José. **A viagem do elefante**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.107. Todas as citações foram extraídas desta edição, por isso indicaremos apenas as páginas.



## REFERÊNCIAS

AUBENQUE, Pierre. **A prudência em Aristóteles**. São Paulo: Discurso, 2003.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999.

PÉCORRA, Alcir. **Teatro do sacramento**. 2ed. Campinas/UNICAMP / São Paulo/ EDUSP, 2008.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 35ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SARAMAGO, José. **A viagem do elefante**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

---

**O autor é Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo.  
Professor de Literatura Portuguesa na Universidade Federal de São Paulo.**